

DEBATE DE GÊNERO NO PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE CASCAVEL: UMA ANÁLISE DO DISCURSO DO PORTAL CATVE.COM¹

Antoniella SIGNOR ORLANDI²
Marília MANFREDI GASPAROVIC³

RESUMO: Este artigo buscou identificar, por meio da Análise do Discurso de linha francesa, aspectos político-ideológicos que perpassam o discurso jornalístico sobre a ausência do debate sobre *ideologia de gênero* no Plano Municipal de Educação (2015-2025) de Cascavel - PR. Em 2015, a Câmara de Vereadores da cidade decidiu pela não adoção do termo e pela proibição de discussões relacionadas a gênero no documento mencionado, o que foi amplamente divulgado pela mídia local. Dessa forma, a fim de compreender quais efeitos de sentido foram constituídos em reportagens referentes à decisão dos vereadores, noções da teoria francesa, como formação discursiva (FD) e silenciamento, embasaram a análise do discurso do portal Catve.com por meio de sequências discursivas extraídas de notícias veiculadas sobre o ocorrido. Esta pesquisa se justifica por analisar uma temática de relevante impacto nos âmbitos educacional, político e social. Após análise, pode-se inferir que o discurso do portal Catve.com é perpassado por diferentes FDs, pois se notam interesses políticos e econômicos naquilo que é veiculado, assim como é percebida a busca por uma (ilusória) tentativa de controle de sentidos.

PALAVRAS-CHAVE: Análise do discurso, ideologia de gênero, discurso jornalístico, educação.

1 INTRODUÇÃO

O controverso termo *ideologia de gênero* surgiu entre meados da década de 1990 e início dos anos 2000, no âmbito do Conselho Pontifício para a Família, da Congregação para a Doutrina da Fé, segundo Junqueira (2019). A *ideologia de gênero*, como indica o autor, comportaria para grupos neopentecostais uma autêntica ameaça à “família natural, ao bem-estar das crianças, à sociedade e a inteira civilização” (JUNQUEIRA, 2019, p. 129).

Premissas muito semelhantes às citadas foram utilizadas por vereadores na tomada de decisão sobre a aprovação do Plano Municipal de Educação de Cascavel (PME), em decisão na Câmara nos dias 22 e 23 do mês de junho de 2015, em que se sancionaram o veto e a proibição do termo “gênero” no documento.

¹ Artigo apresentado como requisito parcial para a conclusão do curso de Comunicação Social – Jornalismo do Centro Universitário FAG, no ano de 2020.

² Acadêmica do 8º período do curso de Comunicação Social com Habilitação em Jornalismo do Centro Universitário FAG. E-mail: antoorlandi@hotmail.com.

³ Professora orientadora. E-mail: marilia@fag.edu.br.

Tal proibição no Plano Municipal de Educação de Cascavel (2015-2025)⁴ permeou debates de cunho educativo e político referentes à esfera pública, produzindo efeitos de sentido por meio dos discursos atribuídos aos direcionamentos de veículos de comunicação da mídia local da cidade de Cascavel – PR.

Nesse contexto, a mídia cascavelense noticiou como ocorreu a aprovação do documento e enfatizou o fato de que políticas de ensino que *tendessem* a aplicar a *ideologia de gênero*, o termo ‘gênero’ ou ‘orientação sexual’ foram vedadas, conforme a promulgação da Lei 6.496/2015. O fato da proibição do termo, que será contextualizado e problematizado neste artigo, recebeu destaque na imprensa local, que, conseqüentemente, disseminou, ao longo das notícias, abordagens ideologicamente carregadas sobre esse debate.

Entre os veículos de comunicação regionais que pautaram a temática, o Portal Catve.com produziu algumas matérias que repercutiram publicamente em relação ao assunto. Por isso, este artigo avaliou oito sequências discursivas⁵ (SDs) de reportagens jornalísticas divulgadas pelo portal, a fim de identificar quais foram as marcas linguísticas e ideológicas atribuídas pelo veículo de comunicação sobre a identificação do termo *ideologia de gênero*, vetado do debate educacional juntamente com demais discussões de gênero.

Portanto, devido à decisão ter sido noticiada pelo portal Catve.com, que, em suas respectivas publicações, disseminou discursos perpassados por formações sócio/histórico/ideológicas da imprensa local, avaliou-se como necessária a análise dessas SDs para maior compreensão a respeito da decisão e de seus impactos históricos e sociais.

Frente a isso, este trabalho buscou compreender, à luz da Análise do Discurso (AD) de linha francesa, com base especialmente em Pêcheux (1988), Orlandi (2012) e Gregolin (2008), quais efeitos de sentidos foram gerados com a divulgação de reportagens veiculadas pelo portal de notícias, tendo em vista os conceitos atribuídos à vertente teórica e compreendendo que jornalismo local, enquanto formador de debates, deve proporcionar um diálogo plural referente aos esclarecimentos sobre a importância de propostas inclusivas na educação.

⁴Disponível em: <<https://leismunicipais.com.br/plano-municipal-de-educacao-cascavel-pr>>. Acesso em: 05 ago. 2020.

⁵A noção de sequência discursiva será brevemente contextualizada neste artigo.

2 ANÁLISE DO DISCURSO

A Análise do Discurso (AD) é uma vertente teórica que teve início na década de 70, na França, com Michel Pêcheux, cujo objeto de estudo é o discurso. Esta corrente de estudos se constitui entre três domínios, que são ao mesmo tempo uma ruptura com o século XX: a linguística, o marxismo e a psicanálise. Ela propõe uma diferença dos estudos convencionistas da linguística, porque analisa também o conceito e a função histórica da linguagem. Para a AD, a língua deve ser trabalhada como linguagem em funcionamento. Segundo Pêcheux (1988), a AD toma como objeto de estudo não a língua como um sistema abstrato, mas o discurso. Nem a língua, nem o sujeito são, portanto, abstratos.

A AD considera que a linguagem não é transparente, ela não procura encontrar o sentido único. Ela busca compreender todos os possíveis efeitos de sentido, uma vez que estes estão relacionados a fatores ideológicos, então, “procura [...] o real do sentido em sua materialidade linguística e histórica” (ORLANDI, 2012, p. 54).

O texto é visto pela análise do discurso como um material simbólico próprio e significativo, que é concebido em sua discursividade e historicidade. Já o discurso é visto como lugar de contato entre língua e ideologia (ORLANDI, 1997) e é somente com carga ideológica que a língua faz sentido.

De acordo com Gregolin (2008), no discurso, a linguagem deixa de ser pura forma e adquire historicidade. Por isso, nunca se diz nada por dizer, porque o simples fato de dizer já insere o dito no fluxo da história. Além disso, todo discurso se estabelece na relação com um discurso anterior e aponta para um outro, mediante uma ligação interdiscursiva. Para refletir sobre as condições de produção do discurso, faz-se necessário recorrer às noções basilares da teoria, as quais serão discutidas nos tópicos a seguir.

2.1 AD: NOÇÕES BASILARES DA TEORIA

Como dito anteriormente, o discurso é o objeto de estudo da análise. É por meio dele que o sujeito (que é determinado pelo inconsciente e pela ideologia) demonstra suas identidades e ideologias. O discurso é carregado de significados,

que relacionam os sujeitos e os sentidos na língua, e estes são influenciados pela história. De acordo com Orlandi (2010, p. 15), o termo *discurso*, etimologicamente, tem em si a “ideia de curso e de percurso de correr por, de movimento. O discurso é assim, palavra em movimento, prática de linguagem: com o estudo do discurso, observa-se o homem falando”. Para Pêcheux, ele é o “efeito de sentido entre locutores” (PÊCHEUX, 1997, p. 82). Em sua funcionalidade, o discurso não é apenas a transmissão de informação, e a língua não é apenas um código em que um fala e outro decodifica. Nessa linha, Pêcheux (1997) afirma que o discurso é um lugar de enfrentamentos teórico-metodológicos.

Na AD, reflete-se sobre as relações entre a linguagem e a ideologia e procura-se identificar de que maneira ela se manifesta na língua. Nesse sentido, a AD trabalha a relação entre língua, discurso e ideologia. Pêcheux (*apud* ORLANDI, 2012) considera que o indivíduo é interpelado em sujeito pela ideologia e é assim que a língua faz sentido. Desse modo, segundo a teoria francesa, o sujeito é assujeitado de si mesmo, ou seja, ele possui em seu pensamento ideais pré-estipulados, que foram sendo assimilados ao longo de sua vida. Orlandi (2012) indica que o sentido não existe em si, mas é determinado pelas posições ideológicas colocadas em jogo no processo sócio-histórico em que as palavras são produzidas.

Em relação à ideologia, pode-se dizer que ela não se aprende. A própria língua funciona ideologicamente.

Compreender o que é efeito de sentidos é compreender que o sentido não está (alocado) em lugar nenhum mas se produz nas relações: dos sujeitos, dos sentidos, e isso só é possível, já que sujeito e sentido se constituem mutuamente, pela sua inscrição no jogo das múltiplas formações discursivas (que constituem as distintas regiões do dizível para os sujeitos) (ORLANDI, 1997, p. 20).

A AD busca, portanto, compreender os sentidos possíveis de um discurso, considerando que o sujeito é interpelado a todos os momentos pela ideologia e ela “se produz justamente no ponto de encontro da materialidade da língua com a materialidade da história” (ORLANDI, 1997, p. 20). Além disso, essa interpelação ocorre mediante as formações discursivas (FDs).

A formação discursiva é, enfim, o lugar da constituição do sentido e da identificação do sujeito. É nela que todo o sujeito se reconhece (em sua relação consigo mesmo e com os outros sujeitos) e aí está a condição do famoso consenso intersubjetivo (a evidência de que eu e tu somos sujeitos)

em que, ao se identificar, o sujeito adquire identidade (PÊCHEUX, 1975 *apud* ORLANDI, 2012, p. 58).

Segundo Orlandi (2012, p. 43), entende-se por FD “aquilo que numa formação ideológica dada – ou seja, a partir de uma posição dada em uma conjuntura sócio-histórica dada – determina o que pode e deve ser dito”. Uma palavra recebe seu sentido na relação com as outras, e o sujeito, então, se reconhece. Já as formações ideológicas são capazes de mudar o sentido das palavras. “Palavras mudam de sentido segundo as posições daqueles que as pregam. Elas tiram seus sentidos dessas posições, isto é, em relação às formações ideológicas, nas quais essas posições se inscrevem” (ORLANDI, 2012, p. 77).

Para Furlanetto (2003, p. 95), “é a formação discursiva que reflete essa tensão entre uma coisa e outra”. Nessa perspectiva, Pêcheux (1988) afirma que o caráter material do sentido depende da formação ideológica (FI) e da FD em que ele está inscrito. Nesse contexto, entende-se que as FDs estão alocadas no interdiscurso, definido por Pêcheux (1988) como aquilo que fala sempre antes, em outro lugar e independentemente. Ele o define como “todo complexo com dominante das formações discursivas, [...] submetido à lei de desigualdade-contradição-subordinação que [...] caracteriza o complexo das formações ideológicas” (PÊCHEUX, 1988, p. 149).

Considerando a concretização do interdiscurso, entende-se que as FDs o compõem e, como consequência dessa relação, os efeitos de sentido, que são constituídos por FDs, também fazem parte deste complexo. Segundo Orlandi (1992, p. 20):

Compreender o que é efeito de sentidos é compreender que o sentido não está (alocado) em lugar nenhum mas se produz nas relações: dos sujeitos, dos sentidos, e isso só é possível, já que sujeito e sentido se constituem mutuamente, pela sua inscrição no jogo das múltiplas formações discursivas (que constituem as distintas regiões do dizível para os sujeitos).

Pêcheux (1988) considera a teoria do interdiscurso como exterioridade constitutiva do discurso, ou seja, o *já dito* que torna possível todo dizer. Nessa linha, o conceito de pré-construído trabalhado pelo autor pode ser entendido como um *já dito* anterior e exterior, independente, que retorna no enunciado. Ou seja, é a marca, no enunciado, de um discurso anterior.

O autor ainda afirma que o pré-construído “remete a uma construção anterior, exterior, mas sempre independente, em oposição ao que é ‘construído’ pelo enunciado” (PÊCHEUX, 1988, p. 89). Além disso, para Pêcheux (1988), o pré-construído é um efeito discursivo ligado ao encaixe sintático, que remete à presença de um discurso em outro. Assim, o estudioso procura mostrar que o pré-construído e os seus modos de apresentação são determinados materialmente pela estrutura do interdiscurso, que não é transparente, muito menos o sujeito é a origem dos sentidos.

2.2 SILÊNCIOS E NÃO DITOS

Na AD, segundo Orlandi (2012, p. 82), “há noções que acampam o não-dizer: a noção de interdiscurso, a de ideologia e a formação discursiva”. A autora também aponta que há sempre um *não dizer* necessário (ORLANDI, 2012). No discurso, o *não dito* também é efeito de sentido entre os locutores. Assim, o sentido, concebido como efeito, não advém do enunciado em si, mas da relação de pertencimento que ele mantém com sentidos já produzidos, reconhecidos socialmente.

Para a autora, “todo discurso é uma fala que fala com outras palavras, através de outras palavras” (ORLANDI, 1997, p. 15), mas também por meio do silêncio. Por isso, neste tópico, tal noção da AD será discutida.

O silêncio, de acordo com a autora, “não é interpretável, mas compreensível” (ORLANDI, 1997, p. 51). Ademais, Orlandi complementa afirmando que ele pode ser pensado como uma respiração da significação, lugar de recuo necessário para que se possa significar, para que o sentido faça sentido.

[...] silêncio não é diretamente observável e no entanto ele não é o vazio, mesmo do ponto de vista da percepção: nós o sentimos, ele está ‘lá’. Para torná-lo visível, é preciso observá-lo indiretamente por métodos (discursivos) históricos, críticos, desconstrutivistas (ORLANDI, 1997, p. 47).

Ademais, segundo Orlandi (1997, p. 23):

Ele [o silêncio] é, sim, a possibilidade para o sujeito de trabalhar sua contradição constitutiva, a que o situa na relação do “um” com o “múltiplo”, a que aceita a reduplicação e o deslocamento que nos deixam ver que todo discurso sempre se remete a outro discurso que lhe dá realidade significativa.

A autora introduz a existência de formas de expressão dos silêncios, que podem ser divididos em: *fundador*, aquele que existe nas palavras, que significa o não dito e que dá espaço de recuo significativo, produzindo as condições para significar; e a *política do silêncio*, que se subdivide em: 1) silêncio constitutivo, o que nos indica que, para dizer, é preciso não dizer (uma palavra apaga outras palavras); e 2) *silêncio local*, que se refere à censura, aquilo que é proibido dizer em uma certa conjuntura (ORLANDI, 1997). Em relação a isso, Orlandi (2012, p. 83) aponta que:

[...] as relações de poder na nossa sociedade contemporânea produzem sempre censura, de tal modo que há sempre silêncio acompanhando as palavras. Na análise do discurso cabe ao analista identificar quais são os não-ditos relevantes para aquela situação significativa.

Desse modo, compreende-se que estar no sentido com palavras e estar no sentido em silêncio são modos diferentes entre si. Com relação ao silenciamento, segundo Orlandi (1997), há duas perspectivas: 1) o silêncio na constituição de sujeito e o 2) o silêncio na constituição de sentido. Com relação ao primeiro deles, o silêncio

rompe com a absolutização narcísica do eu que, esta, seria a asfixia do sujeito já que o apagamento é necessário para sua constituição: o silenciamento é parte da experiência da identidade, pois é parte constitutiva do processo de identificação, é o que lhe dá espaço diferencial, condição de movimento (ORLANDI, 1997, p. 51).

Já o segundo deles, na constituição do sentido, “impede o *non sense* pelo muito cheio, produzindo o espaço em que se move a materialidade significativa (o não-dito necessário para o dito)” (ORLANDI, 1997, p. 51).

Portanto, é nesse sentido que o discurso jornalístico, datado de carga histórica e ideológica, será analisado por esta pesquisa, considerando suas características em diferentes enquadramentos.

2.3 DISCURSO JORNALÍSTICO

Na sociedade contemporânea, segundo Gregolin (2008), a mídia é o principal dispositivo discursivo com o qual é construída uma “história do presente” como um acontecimento que tensiona a memória e o esquecimento. A mídia formata a

historicidade que nos constitui, modelando a identidade histórica que nos liga ao passado e ao presente.

Nas palavras de Orlandi (1998, p. 61), “o texto não é ponto absoluto de partida nem ponto absoluto de chegada”. Portanto, ao analisar um texto jornalístico, não é sobre o texto que será a discussão, mas sobre os discursos. Dessa forma, há o trabalho com a língua, com o interdiscurso e com suas implicações ideológicas. De acordo com essa perspectiva discursiva, “interpretar não é atribuir sentidos, mas expor-se à opacidade do texto” (PÊCHEUX *apud* ORLANDI, 1998, p. 16).

De acordo com a perspectiva de Gregolin (2008), os discursos veiculados pela mídia utilizam-se de técnicas baseadas na regulamentação de saberes:

Os discursos veiculados pela mídia, baseados em técnicas como a confissão (reportagens, entrevistas, depoimentos, cartas, relatórios, descrições pedagógicas, pesquisas de mercado), operam um jogo no qual se constituem identidades baseadas na regulamentação de saberes sobre o uso que as pessoas devem fazer de seu corpo, de sua alma, de sua vida (GREGOLIN, 2008, p. 18).

Caracterizando o discurso jornalístico, Mariani (1999) avalia que ele trabalha com: a) “o que é inesperado (no sentido de inusitado); b) com o que é possível (em termos da vida cotidiana em suas dimensões políticas, sociais, econômicas, culturais, esportivas, etc.); e c) com o que é previsível (em termos de acontecimentos futuros)” (MARIANI, 1999, p. 112).

Não há, nos discursos da mídia, apenas reprodução de modelos – ela também os reconstrói, reformata, propõe novas identidades (ZANELLA, 2012). Nesse mesmo contexto, Mariani (1998, p. 145) considera que o discurso jornalístico:

atua na institucionalização social dos sentidos, buscando promover consensos em torno do que seria a verdade de um evento. Para tanto, o discurso jornalístico assume um caráter didático, em que as explicações têm a forma causa/consequência, aparecendo pontuadas com exemplos. A operação de definição faz parte dessa pedagogia institucional jornalística como modo de didatizar as informações.

Já para Mello (2010), o que a mídia oferece não é a realidade, mas uma possibilidade para o leitor produzir formas simbólicas de sua representação com a realidade concreta, e essa interpretação ocorre de acordo com a formação da sua identidade. Para Mariani (1998), porém, a noção de informação no jornalismo precisa ser considerada como algo que decorre das leis que constituem a noção de liberdade presente na instituição ‘imprensa’. Observando a ‘comunicação referencial’

por este ângulo, comunicar/informar/noticiar (na imprensa) são atos resultantes de um controle exterior, vindo do Estado e do sistema jurídico de um lado, e, por outro, de um controle internalizado na própria atividade jornalística.

Segundo a autora, “os efeitos ilusórios estão aí: o controle externo e interno, garantindo a objetividade (e neutralidade etc.), garantiria também a imprensa como digna de fé” (MARIANI, 1998, p. 73). Ela indica, também, que a instituição jornalística necessita de leitores/consumidores a quem se dirija para se manter dominante e que

o ato de noticiar [...] não é neutro nem desinteressado: nele se encontram, entrecruzando-se, os interesses ideológicos e econômicos do jornal, do repórter, dos anunciantes bem como, ainda que indiretamente, dos leitores. Além desses fatores, as forças políticas em confronto no momento histórico em que se divulga um acontecimento vão constituir também os sentidos produzidos pelas notícias (MARIANI, 1998 *apud* ZANELLA, 2012, p. 19).

Desse modo, considerando o discurso jornalístico com base no contexto sócio-histórico e ideológico, bem como nas FDs em que se inscrevem os veículos de comunicação da cidade de Cascavel - PR, foram selecionadas oito SDs do portal Catve.com, publicadas no dia da oficialização do Plano Municipal de Educação (2015-2025), de junho de 2015, para análise à luz da AD.

Para contextualizar as características que o veículo de comunicação representa, entende-se que o portal Catve.com é uma empresa que faz parte da imprensa regional, sediada na cidade de Cascavel – PR. Integrante do grupo da Fundação Assis Gurgacz, o portal segue interesses privados que contemplam em sua função social direcionamentos voltados aos interesses políticos e sociais de uma classe que possui força por meio da imprensa.

Dessa maneira, o veículo poderia influenciar (in)diretamente as decisões municipais e a opinião do público cascavelense, especialmente, neste caso, no quesito de debate (ou de silenciamento) em relação à *ideologia de gênero*, haja vista que este é o ponto em destaque desta pesquisa. Por isso, entenderemos mais sobre esse termo no tópico a seguir.

2.4 IDEOLOGIA DE GÊNERO

Citado de maneira prévia no Plano Municipal de Educação de Cascavel (2015-2025), o termo *ideologia de gênero* permite abertura para produção de

sentidos, a partir de FDs e do interdiscurso. Para compreender de que maneira a expressão pôde interferir no sentido de proibição e silenciamento de sua utilização no documento oficial, conforme a Lei 6.496/2015, bem como na atuação dos agentes educativos, é necessário, primeiramente, compreender como ocorreu a criação desse sintagma.

Como abordado na introdução deste artigo, de acordo com Junqueira (2019), a *ideologia de gênero* seria um neologismo produzido a partir da década de 1990 em reação às deliberações aprovadas na Conferência Internacional sobre a população no Cairo (de 1994) e na Conferência Mundial sobre as Mulheres, em Pequim (de 1995). Tais momentos, segundo o autor, são marcos importantes na prevenção e eliminação das injustiças e da opressão sexual e de gênero, no entanto, setores religiosos mais conservadores enxergaram nessas deliberações “novas ameaças a seu poder político e prestígio social” (JUNQUEIRA, 2019, p. 124).

Perante este cenário, entende-se que foi conduzido um conjunto de ações tomadas por lideranças religiosas antigênero⁶, visando à afirmação da doutrina católica e à naturalização de ordem moral, que contribuísse para a anulação de avanços no campo do gênero e da sexualidade. Como contextualiza Junqueira (2019, p. 124):

Pode se afirmar que ‘ideologia de gênero’ é uma invenção católica que emergiu sobre os desígnios do Pontifício Conselho para a Família e da Congregação para a Doutrina da Fé, entre meados da década de 1990 e no início dos anos 2000. A expressão foi, assim, urdida no âmbito da formulação de uma retórica reacionária antifeminista sintonizada com o pensamento e o catecismo de Karol Wojtyła (papa João Paulo II).

Atualmente, mesmo quando acionado por atores de diversas orientações religiosas ou mesmo laicas, o termo *ideologia de gênero* permanece pautado por sua matriz católica, no discurso antigênero, obtendo como uma de suas estratégias centrais, portanto, a naturalização da ordem “social, moral e sexual tradicional” (JUNQUEIRA, 2019, p. 129). Além disso, para esses setores, segundo o autor, há o apontamento de que crenças, ideias ou atitudes que contrariem a ordem tradicional seriam *antinaturais*.

⁶*Antigênero*, segundo Junqueira (2019), seria a posição contrária à adoção da perspectiva de gênero e à promoção do reconhecimento da diversidade sexual e de gênero nas políticas sociais, no mundo do trabalho, na vida cotidiana etc.

Com relação à aplicação do termo na categoria da educação, Junqueira (2019) concluiu que o sintagma evidenciou-se de modo ostensivo no Brasil, em março de 2014, no curso das mobilizações de fundamentalistas e ultraconservadores pela exclusão das menções de gênero e à orientação sexual dos planos nacionais, estaduais e municipais de educação (JUNQUEIRA, 2019). A partir de então, o uso do termo *ideologia de gênero* espalhou-se pelo país, de maneira pejorativa pelo protagonismo de lideranças neopentecostais.

O autor também indica que

as mobilizações antigênero adotam a mesma premissa: existiria uma conspiração mundial conduzida por feministas, ativistas LGBTI, políticos de esquerda, organismos internacionais e seus aliados, todos eles empenhados em disseminar a ideologia de gênero (JUNQUEIRA, 2019, p. 128).

No entanto, perante o pânico moral causado pela conspiração em torno da ameaça sexual da dita *ideologia de gênero* às crianças, a grande maioria das casas legislativas municipais optou pela suspensão de qualquer referência a gênero e sexualidade dos planos de educação, conforme indica Aragusuku (2018). No mesmo sentido de Junqueira, Aragusuku (2018), compreende que, no contexto do processo de votação dos planos municipais de educação em diversas cidades do país, a discussão sobre a *ideologia de gênero* reuniu dois lados.

Em um polo tínhamos padres, freiras, pastores e fiéis de denominações cristãs, sobretudo católicas e evangélicas, protestando em defesa da 'família' e contra a 'ideologia de gênero' nos planos de educação. No outro movimentos sociais, sindicatos, grupos e militantes LGBT e feministas e pesquisadores/as relacionados ao campo da sexualidade, que afirmavam a diversidade sexual e de gênero, reivindicando a necessidade de políticas de educação inclusivas, pautadas nos princípios dos direitos humanos (ARAGUSUKU, 2018, p. 11).

Frente a este cenário, nota-se que o uso do sintagma vem trazendo implicações para o campo educativo e político, por isso a emblemática terminologia *ideologia de gênero* disseminada por discursos – utilizados para a reforçar ideias políticos, ou mesmo no discurso jornalístico, por exemplo – deve ser discutida considerando as FDs.

De acordo com Aragusuku (2018), a ideologia não se constitui apenas como um termo ou um simples conceito, mas se conforma enquanto a síntese discursiva das percepções de grupos e sujeitos políticos conservadores, acerca de uma

“potencial ameaça sexual no campos das práticas socioculturais” (ARAGUSUKU, 2018, p. 12).

Essa tendência de posicionamento contra a implementação da *ideologia de gênero* nas escolas passou também a fazer parte da esfera pública. Tal ideologia estaria sendo “utilizada como um instrumento de “doutrinação” das crianças, visando à destruição da “família tradicional” (JUNQUEIRA, 2018, p. 22). O discurso da *ideologia de gênero*, conforme o autor, possui uma difusão política significativa, sendo produzido em pronunciamentos de parlamentares de diversos partidos e esferas civis.

[...] existe um princípio sociopolítico unitário: a defesa do monopólio de um modelo societal fundamentado nas premissas morais do conservadorismo cristão, ou seja, a sociedade como um locus de vigília constante, autocontrole individual e regulação institucional (religiosa), e a família como a união estrita entre um homem e uma mulher (ARAGUKUSU, 2018, p. 13).

Ainda segundo Aragukusu (2018), o discurso da *ideologia de gênero* pode representar diferentes sentidos, temáticas e direcionamentos normativos, vinculados à maneira como ocorre sua enunciação. Ao longo do ano de 2015, o discurso da *ideologia de gênero* foi reproduzido, em diversos momentos, por parlamentares nos plenários de câmaras dos deputados. Ao longo desses cinco anos, a propagação desse discurso se potencializou, principalmente, “a partir das polêmicas que envolveram o processo de aprovação dos planos municipais de educação”, como cita Aragukusu (2018, p. 22).

A partir dessas perspectivas, a proposta desta pesquisa é analisar quais os possíveis efeitos de sentido apreendidos, com amparo, especialmente, nas noções de FDs e silenciamento, nos discursos referentes à abordagem da *ideologia de gênero* nas notícias veiculadas pelo portal Catve.com.

3 ANÁLISE

Cabe destacar que, para a realização da análise, considerou-se a utilização noções discutidas especialmente por Orlandi (2012), Pêcheux (1988) e Mariani (1998) acerca dos discursos não como uma maneira de encontrar sentido verdadeiro, mas o sentido “em sua materialidade linguística e histórica” (ORLANDI, 1997, p. 59). Além disso, reforça-se a condição de que interpretar não é atribuir

sentidos, mas “expor-se à opacidade do texto” (PÊCHEUX *apud* ORLANDI, 1998, p. 16).

A metodologia que embasa este texto divide-se em duas etapas. A primeira delas foi a seleção de oito SDs, extraídas de reportagens veiculadas pelo portal Catve.com, relacionadas à temática que contivessem ao longo do discurso noções relacionadas à “orientação sexual”, “ideologia de gênero” ou “gênero”. Nas palavras de Courtine (2009, p. 84), “toda sequência discursiva deve ser apreendida enquanto objeto tomado num processo discursivo de reprodução/transformação dos enunciados no interior de uma dada FD”, ou seja, é um recorte de uma situação discursiva sistematizado como *corpus* de análise.

Na etapa seguinte, realizou-se a análise individual dos discursos jornalísticos presentes nas SDs, em que foram identificadas diferentes faces dos sentidos atribuídos ao contexto e ao posicionamento dos emissores do veículo de comunicação descrito. É válido ressaltar que o conteúdo presente nas SDs selecionadas foi retirado das reportagens exatamente como foram escritos pelo portal Catve.com, sem adaptações linguísticas.

3.1 O PORTAL CATVE.COM

Aliado à TV Cultura, o grupo Catve é uma instituição de comunicação que possui em sua composição a emissora de televisão Catve, a Rádio Catve FM e o Portal de notícias Catve.com, sendo o último o espaço em que as SDs das reportagens analisadas por este trabalho foram publicadas. Com sede na cidade de Cascavel (PR), o portal Catve.com desenvolve conteúdos webjornalísticos regionais e nacionais, desde o ano de 2011, com informações de interesse público promoção do “aprimoramento educativo e cultural” (CATVE, 2020).

O portal Catve.com oferece integração direta com as redes sociais e pode ser acessado em plataformas *mobiles*. O foco editorial do portal são as informações locais, mas os usuários também podem ter acesso a informações nacionais e internacionais. O portal Catve é um dos maiores portais de notícia do Paraná, obtendo mais de um milhão de visualizações de páginas por mês, segundo o último inventário⁷ cadastrado pela Catve, até o ano de 2020. Ainda segundo o

⁷Google Analytics. Inventário disponível em: <<https://catve.com/portal/portal-midiakit-2020.pdf>>. Acesso em: 30 de set. de 2020

levantamento feito pelo portal de notícias, o número médio de dados detectados entre novembro a dezembro de 2019 e janeiro 2020, totalizou 6.606.049 visualizações em materiais do portal.

Outra informação indicada na pesquisa foi o número de visitas à plataforma, durante o mesmo período, as quais resultaram em 3.952.189 visitantes. Além disso, o portal Catve.com realiza transmissões ao vivo e disponibiliza conteúdo webjornalístico incluindo eventos esportivos, apresentações culturais, debates políticos e outros acontecimentos relevantes para a cidade de Cascavel, como foi o caso da tomada de decisão do PME.

Abaixo, estão dispostas as análises das oito SDs selecionadas, com base nas noções da AD já mencionadas em tópicos anteriores.

SD 1

Alguns vereadores entenderam que o texto de alguma forma estaria mencionando a questão de diversidade de gênero. Somente esta questão rendeu três propostas de emenda.

Esta sequência discursiva está presente na reportagem cuja manchete é “Comissão analisa Plano Municipal de Educação”, publicada pelo portal Catve.com no dia 23 de junho de 2015. Inicialmente, identifica-se que, nesse trecho da SD, o sujeito do discurso em questão, ou seja, o jornalista, coloca-se como avaliador da interpretação e do entendimento dos parlamentares, quando indica que eles “*entenderam que o texto de alguma forma estaria mencionando*”. A língua não é objetiva ou clara; o discurso tem sentidos (finitos) abertos, o que possibilita múltiplas compreensões. Ao indicar que os vereadores “*entenderam que...*”, o sujeito jornalista parece tentar fechar esse sentido, direcionando a compreensão do público para um sentido (inconscientemente) desejado. Desse modo, o enunciador do discurso busca não fazer uma afirmação ao noticiar, mas sim sugerir um questionamento indireto sobre a interpretação dos vereadores.

Nesse contexto, pode-se identificar que há disseminação de um discurso que direciona o público, já que “todo discurso é uma fala que fala com outras palavras, através de outras palavras” (ORLANDI, 1997, p. 15). Além disso, como propõe Orsatto (2009), avaliar um discurso não seria olhar para algo acabado, mas para um

processo em curso, como no caso das condições de produção que levaram o enunciador do discurso a materializar a SD acima.

Por conta da FD que sustenta o discurso do jornalista e do portal, assim como pela ideia interdiscursiva de que abordar o debate acerca do contexto de gênero é uma ação *delicada*, visto que há diversos posicionamentos ideológicos envolvidos, bem como noções políticas e ideológicas perpassando neste contexto, o enunciador do discurso deixa aberta a possibilidade de sentido.

Pode interpretar-se, com isso, que houve uma tentativa por parte do enunciador, mesmo que de maneira inconsciente, considerando seu assujeitamento, de se eximir da responsabilidade pelo que é dito, para que o público consumidor da notícia interpretasse a descrição de maneira a questionar se o objetivo dos parlamentares era *realmente* aquele. Assim, nesse trecho, evidencia-se uma construção frasal até mesmo eufemística, em que o sujeito jornalista busca suavizar o que foi compreendido pelos vereadores ao dizer que o texto “*de alguma forma estaria*” levantando a questão de gênero, quando, de fato, a discussão ocorrida materializou a crença dos vereadores de que o material impunha a temática de gênero.

Ao expressar-se com o uso do advérbio de exclusão “somente”, que remete a sentidos de restrição e até mesmo ênfase ao que é dito, percebe-se uma posição ideológica assumida pelo jornalista: a situação ganhou *tamanho proporção* que apenas esse trecho – *que poderia ter espaço menor*, pelo que se compreende – gerou *três emendas*, o que, pela forma exposta, transmite a ideia de ser um número alto, considerável de emendas.

Assim, apreende-se, também, um possível efeito de sentido de que os parlamentares estariam agindo de maneira *exagerada* com relação à discussão pautada naquele trecho do documento. Aí, pode-se analisar que, assim como indica Orlandi (2012), palavras mudam de sentido segundo as posições daqueles que as pregam.

SD 2

A de Rômulo Quintino veda a adoção de políticas de ensino, que tendam a aplicar a ideologia de gênero. O termo gênero ou orientação sexual.

Nessa sequência discursiva, o jornalista contextualiza que o parlamentar Rômulo Quintino, que até então integrava o Partido Social Liberal (PSL), expõe que a sua proposta de emenda “veda a adoção de políticas de ensino, que *tendam a aplicar* a ideologia de gênero”. É relevante destacar que, ao selecionar determinada fala de um personagem ou fonte para matéria jornalística, por meio do uso de critérios de noticiabilidade⁸, há influência ideológica presente, já que se expõe a fala de um parlamentar em detrimento de outros.

Ao ressaltar a fala de Quintino, enfatiza-se o sentido apreendido por meio do enunciado “*tendessem a aplicar*”, cujo uso vem de um viés ideológico e faz com que o termo *ideologia de gênero* assuma a capacidade de conduzir condutas ou guiar as decisões no âmbito educacional mesmo que de maneira sutil, já que apenas uma *tendência* já seria problemática, na visão do vereador.

Além disso, pode-se notar que, no discurso pronunciado pelo parlamentar, a descrição da *ideologia de gênero* ocorre como um termo “guarda-chuva”:

Podemos afirmar que 2015 foi um ano marcado pela emergência de uma nova **estratégia político-discursiva** no campo da sexualidade, com ampla difusão do discurso da ‘ideologia de gênero’ na sociedade brasileira, que se tornou um termo ‘**guarda-chuva**’ amparando a atuação de grupos e lideranças conservadoras (GRZEBALSKA; KOVÁTS; PETÔ, 2017; KOVÁTS; PÖIM, 2015 *apud* ARAGUSUKU, 2018, p. 78 - grifos nossos).

Assim, o termo em questão abrigaria outras definições do mesmo cerne, por exemplo, gênero ou orientação sexual, sem descrever de que maneira a abordagem desses assuntos traria consequências à esfera educacional.

SD 3

A comissão de educação também investiu na tentativa de banir a ideologia de gênero do plano.

Na SD acima, ao anunciar que “a comissão de educação *também investiu na tentativa de banir* a ideologia”, o jornalista contextualiza o ocorrido por meio de um

⁸Caracterizam-se critérios de noticiabilidade como “todo e qualquer fator potencialmente capaz de agir no processo da produção da notícia, desde características do fato, julgamentos pessoais do jornalista, cultura profissional da categoria, condições favorecedoras ou limitantes da empresa de mídia, qualidade do material (imagem e texto), relação com as fontes e com o público, fatores éticos e ainda circunstâncias históricas, políticas, econômicas e sociais” (SILVA, 2005, p. 96).

discurso que permite ao leitor ter uma perspectiva do cenário em que se dá a tomada de decisão do plano.

Já com relação à adoção do termo “*banir*” pelo enunciador, cujo sentido é o de realmente *exterminar*, ou seja, ideologicamente forte, identifica-se que há proibição, retirada e até mesmo censura de uma possível aplicação da *ideologia de gênero*. Pode-se analisar, desse modo, que essa *tentativa de banir* pode caracterizar uma maneira de silenciamento, por meio do silêncio local, não necessariamente do termo *ideologia de gênero* em si, mas das necessárias questões, inclusive educativas, que envolvem gênero. Alguns questionamentos podem surgir da leitura do enunciado em questão: o que está ou deixa de estar no plano teria que tipo de aplicação prática e real? Evitar falar sobre gênero, na visão dos parlamentares, faria com que crianças não se reconhecessem em gêneros diferentes do seu sexo biológico?

Orlandi (1997) explica que, se pensada por meio do silêncio, “[...] a noção de censura se alarga para compreender qualquer processo de silenciamento que limite os sujeitos no percurso de sentidos. Mas mostra ao mesmo tempo a força corrosiva do silêncio que faz significar em outros lugares” (ORLANDI, 1997, p. 13). Esse silenciamento ocorre devido à FD em que o jornalista se encontra, ou seja: em meio a um veículo de comunicação privado, que segue interesses capitalistas e particulares e que, pela forma como dissemina discursos, não pretende, de forma explícita, tomar uma posição político-ideológica *declarada*, mesmo não tendo esse o controle de sentidos.

Com relação à utilização do termo *ideologia de gênero* no contexto da documentação sobre as escolhas acerca da educação municipal, cabe destacar que não há presença dele nem de sua definição nos Documentos Finais das Conferências de Educação de 2008⁹, 2010¹⁰ e 2014¹¹, bem como na versão inicial do Plano Nacional de Educação.

⁹ Disponível em:

<http://portal.mec.gov.br/arquivos/conferencia/documentos/doc_final.pdf>. Acesso em: 07 set. 2020.

¹⁰ Disponível em:

<http://conae.mec.gov.br/images/stories/pdf/pdf/documentos/documento_final_sl.pdf>. Acesso em: 07 set. 2020.

¹¹ Disponível em:

<http://confinteabrasilmais6.mec.gov.br/images/documentos/documento_final_CONAE_2014.pdf>. Acesso em: 07 set. 2020.

SD 4

Polêmica foi o ponto de partida desta discussão. [...] O presidente da comissão de educação, da Câmara de Vereadores de Cascavel abriu sua fala com a leitura de uma carta da CNBB, radicalmente contra a ideologia de gênero.

Presente na reportagem denominada “Sessão da Câmara discute Plano Municipal de Educação”, publicada no dia 22 de junho de 2015, essa SD, ao anunciar que o ponto inicial da sessão da câmara foi “polêmica”, pode demonstrar o funcionamento do esquecimento (PÊCHEUX, 1988) por parte do enunciador: tem-se a ideia de originar o que se diz, bem como de controlar esse sentido por meio da seleção lexical, já que o termo “polêmica” parece ter sido usado como ferramenta/recurso para chamar a atenção do público e conquistar audiência, haja vista que o veículo é perpassado, também, por uma FD capitalista, que visa ao lucro, e não só à divulgação de notícias de interesse público. “O termo ‘esquecimento’ não está designado aqui à perda de alguma coisa que se tenha um dia sabido, como quando se fala perda de memória, mas o acobertamento da causa do sujeito no próprio interior de seu efeito” (PÊCHEUX, 1988, p. 50).

Outra possível análise seria no sentido de que, ao utilizar o termo “polêmica”, o enunciador do discurso pareceu descrever, para além da descrição do fato em si (a decisão legal da constituição do plano municipal), que houve emissão de informações que envolveriam o cenário do momento em geral, envolvendo diferentes agentes sociais, entre parlamentares, cidadãos representantes de fiéis e também os educadores e estudiosos da temática relacionada ao debate de gênero.

Como citado nos tópicos anteriores deste trabalho, o processo de discussão e aprovação do plano municipal de educação foi embasado por FDs de cunho religioso, tradicionalista e conservador, com a participação de grupos das esferas evangélicas e católicas brasileiras, na tentativa de mobilização popular para o apoio sob a tomada de decisão acerca do documento.

Um destes exemplos pôde ser caracterizado pela carta¹² da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) contrária ao que foi entendido por *ideologia de gênero*. Desse modo, o enunciador do discurso citou que o presidente da

¹² Carta da CNBB do ano de 2015. Disponível em: <<https://www.cnbb.org.br/cnbb-divulga-nota-sobre-a-inclusao-da-ideologia-de-genero-nos-planos-de-educacao/>>. Acesso em: 29 set. 2020.

comissão de educação abriu sua fala com a leitura da carta, bem como citou o documento como “radicalmente contra” a temática, expondo o cenário em que se encontrava a discussão e explicitando o sentido de que o âmbito religioso em questão não é *apenas* contrário, é *radicalmente* contrário: o viés interpretativo pelo jornalista também significa. Este recurso de explicação acerca de um contexto pode ser analisado como didático, segundo Mariani (1998).

o discurso jornalístico atua na institucionalização social dos sentidos, buscando promover consensos em torno do que seria a verdade de um evento. Para tanto, o discurso jornalístico assume um caráter didático, em que as explicações têm a forma causa/consequência, aparecendo pontuadas com exemplos. A operação de definição faz parte dessa pedagogia institucional jornalística como modo de didatizar as informações (MARIANI, 1998, p. 145).

Considerando as indicações de Mariani (1998) no que se refere à didática presente no discurso jornalístico, identificaram-se SDs que tentam ilustrar o contexto da ocorrência do fato na Câmara de vereadores, como é possível observar na análise seguinte.

SD5

De um lado, evangélicos e católicos fervorosos na luta pela mudança na lei. Uma emenda será proposta para banir a palavra diversidade do texto. De outro lado, há quem defenda necessidade de contemplar a ideologia de gênero.

Também presente no texto de 22 de junho, citado anteriormente, nessa SD, ao destacar o termo “fervorosos”, o sujeito do discurso parece evidenciar traços particulares que fazem parte de uma FD, enfatizando o modo comportamental desse ciclo social. Ainda nesta SD, quando o sujeito faz uma divisão ao apresentar as classes inseridas neste discurso – ou seja, evangélicos e católicos fervorosos – “defensores da ideologia de gênero”, propõe-se o embate entre os protagonistas dessa notícia.

Ao transmitir a informação em forma de um aparente recurso de dualidade, para realizar um possível recurso de direcionamento, o enunciador parece efetivar a criação de uma divisão ideológica quase de forma maniqueísta, ou seja, segundo dois princípios antagônicos: o bem e o mal absolutos. O jornalista, neste caso,

busca moldar o contexto relacionado ao debate sobre as escolhas referentes ao documento.

Além disso, utilizando-se da frase *“há quem defenda a necessidade de contemplar a ideologia de gênero”*, percebe-se um possível julgamento prévio por parte do jornalista. Novamente, o funcionamento do esquecimento é notado: existe uma ilusão de que é possível controlar um sentido. Isso ocorre pois não há, nesta SD, algum recurso etimológico que explique o que o termo em si propõe, assim como também utiliza a palavra *“necessidade”* como maneira de direcionar a fala para algo que não fosse, de fato, necessário: *“há quem defenda”* parece indicar que, no fundo, não deveria haver essa defesa. O uso deste termo carrega um viés ideológico, indicando que a possibilidade de que trabalhar com o tema seria questionável ou ainda preferível de exclusão.

Nesse contexto, podemos compreender como a ideologia embasa ideias e efeitos de sentido possíveis de um discurso. Pêcheux (1988) destaca que as ideologias não são feitas de ideias – “coisas” abstratas, a serem “aplicadas” depois de “pensadas” (PÊCHEUX, 1988, p. 130). Segundo o autor, os “objetos” ideológicos são sempre fornecidos ao mesmo tempo que a “maneira de se servir deles” – seu “sentido”, isto é, sua orientação, ou seja, os interesses de classe aos quais eles servem (PÊCHEUX, 1988, p. 132).

Ao analisar o discurso jornalístico, entende-se que a escolha de termos e expressões acionadas pela memória discursiva também têm valor para análise, como acontece na próxima SD.

SD 6

O projeto, mesmo com tanta polêmica foi aprovado, amanhã ele retorna ao plenário para segunda votação, repleto de emendas e remendos.

Ao expor *“mesmo com tanta polêmica”*, o enunciador do discurso jornalístico propõe ao público que as ações relativas às decisões nas emendas do documento geraram impactos políticos e sociais que chamaram a atenção dos agentes comunicativos de maneira negativa, contudo, foi aprovado. Essa oposição materializada linguisticamente pela expressão *“mesmo com”* não surge por acaso: é possível apreender um sentido de que, *com toda a polêmica*, o projeto, talvez, não

deveria ter sido aprovado, ou, ainda não haveria uma decisão final acerca do tema. O uso de “*tanta*” ainda reforça esse sentido apreendido: não foi *pouca* polêmica.

Quando a palavra “remendos” é posta no discurso, subentende-se que houve (ainda que de maneira inconsciente, considerando o assujeitamento do jornalista) uma avaliação por parte do sujeito discursivo de que as medidas que os parlamentares tomaram sobre o plano teriam ocorrido de maneira inviável ou, ainda, malfeita, pois o tema assume conotação pejorativa. Toda palavra dita silencia outras palavras. Ao utilizar o termo “*remendos*”, em um sonoro jogo de palavras com o termo “*emendas*”, gera-se um sentido de algo feito como uma espécie de conserto, assim, é possível compreender que o sujeito do discurso, por conta de seu lugar social como formador de opinião, evoca a ideia de que o projeto, além de ser ampliado, precisava ser *arrumado*.

SD 7

O vereador Fernando Winter insultou o vereador Paulo Porto e defendeu a retirada do termo diversidade do plano de educação, segundo ele ‘o termo diversidade é subjetivo e amplo, sou favorável a família tradicional, não podemos permitir que o estado interfira na orientação sexual, que eu saiba pessoas do mesmo sexo não procriam’.

A reportagem denominada “Sessão da Câmara que discute Plano Municipal de Educação gera polêmica” foi ao ar no 23 de junho de 2015, contemplando a SD acima, em destaque. Com ela, percebe-se que, ao verbalizar o discurso da “família tradicional”, o parlamentar Fernando Winter reproduz conceitos pré-construídos interdiscursivamente, os quais fazem parte de uma FD proveniente da cultura/prática heteronormativa¹³, conservadora e discriminatória.

Winter, na data de divulgação da reportagem, fazia parte do Partido Trabalhista Nacional (PTN), de espectro político voltado à direita brasileira, segmento que integra ideologias pautadas no conservadorismo e no tradicionalismo. O discurso do vereador em questão também pode incluir um não dito quando relata ser “favorável à família tradicional”, isso porque o esquecimento neste contexto implicaria o fato de Winter discordar e não validar a existência de formações

¹³ Segundo Santos (2007), o termo *heteronormatividade* pode ser compreendido como “aquilo que é tomado como parâmetro de *normalidade* em relação à sexualidade, para designar como norma e como normal a atração e/ou *comportamento sexual* entre indivíduos de sexo diferentes” (SANTOS, 2007, p. 01 *apud* PETRY; MEYER, 2011, p. 196).

familiares constituídas por estruturas que não fossem as “tradicionais”, em sua concepção. Além disso, tal alusão feita pelo parlamentar à *família tradicional*, em seu discurso no plenário, tem aproximação com o Projeto de Lei 6583 de 2013¹⁴, que cria o *Estatuto da Família*¹⁵, o qual pode ser considerado inconstitucional, visto que, desde o ano de 2011, a união estável entre pessoas do mesmo sexo foi aprovada pelo Supremo Tribunal Federal (STF), com os mesmos efeitos de uma união estável heterossexual.

Ao selecionar o enunciado pelo vereador Fernando Winter, percebe-se que o comportamento discursivo do jornalista também é significativo e ideológico, considerando que a escolha do pronunciamento de apenas uma das fontes neste contexto representa a exclusão de outras falas. Outra possibilidade de análise nesta SD é a de que, quando o jornalista anuncia que o vereador Fernando Winter *insultou* o vereador Paulo Porto – parlamentar filiado ao Partido dos Trabalhadores (PT), parece direcionar que, com essa situação de insulto, formou-se um embate político em torno da temática. O efeito de sentido evocado pelo uso da palavra *insultou* pressupõe que, ao longo da decisão, esses vereadores tinham opiniões divergentes acerca da abordagem sobre gênero na educação e que quem tomou certa atitude considerada negativa, ao que se nota, seria Winter, ao agir com insulto. Por isso, mais uma vez, nota-se a FD perpassando a seleção do que é veiculado e, consequentemente, o discurso do jornalista.

Por último, o discurso do vereador Fernando Winter, o qual se refere à não permissão de que o Estado “interfira na orientação sexual” (de alunos que terão o plano de educação como base, ao que tudo indica), demonstra um sentido compreendido como contraditório. Essa identificação pode ser analisada por conta da FD que perpassa a escolha lexical do parlamentar. No que se refere ao termo “interferência”, considera-se que ela já existe, pois, ao definir as metas e decisões no que tange às leis presentes no plano municipal de educação, e, justamente, por terem escolhido *barrar a ideologia de gênero* do plano, os parlamentares *já interferem*, mesmo que de forma indireta, na percepção de conhecimento, visão e compreensão dos diferentes tipos de orientação sexual na esfera educativa.

¹⁴ Projeto de lei disponível em:

<<https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=597005>>.

¹⁵ Projeto de Lei (PL) n. 6.583/2013 – conhecido como Estatuto da Família –, proposto pelo Deputado Anderson Ferreira (PR-PE) em trâmite na Câmara dos deputados.

SD 8

O vereador Paulo Porto se pronunciou a favor do termo: “Negar o termo diversidade é negar a forma de diferença humana, por isso em defesa da vida e da família e dos direitos civis peço veto contrário às emendas que querem retirar o termo diversidade”.

Já neste caso, temos um discurso de oposição à retirada das discussões de gênero e diversidade, o único veiculado pelo portal Catve.com, diferentemente dos apoiadores da decisão de vedar a temática. Ressalta-se que o vereador não se posicionou favoravelmente ao termo *ideologia de gênero*, mas à temática em si, a qual está englobada no contexto da diversidade, mencionada pelo político em sua fala.

Ao noticiar que a fala do vereador Paulo Porto abrange a defesa da vida, da família e dos direitos civis, percebe-se que a FD percorre outro cenário. O discurso do vereador em questão é oriundo de uma FD voltada à esquerda política, que assume uma caracterização interdiscursiva contrária à dos demais parlamentares, e este recurso foi feito como forma de exposição dos demais “lados” neste cenário político, abordagem necessária num discurso jornalístico.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir do desenvolvimento deste artigo, foi possível compreender que, ao introduzir a discussão acerca de *ideologia de gênero*, o portal Catve.com disseminou, ao longo da constituição textual presente nas reportagens, discursos ideologicamente pré-construídos sobre o debate em questão. De modo geral, a partir do processo de análise discursiva das SDs trabalhadas, pode notar-se, também, que o veículo de comunicação silenciou dizeres e tentou controlar sentidos, mesmo não sendo uma prática possível como se pensa.

Há também a compreensão de que existem interesses particulares do veículo ao anunciar os fatos, já que o portal não deixa de ser uma empresa que, permeada por uma FD capitalista, busca audiência e lucro. A linguagem presente no discurso jornalístico, nesse sentido, é marcada por parcialidade quando assume posições acerca do debate relacionado à *ideologia de gênero* em discussão, mesmo que o

sujeito jornalista, inconsciente de seu assujeitamento, tente controlar o sentido para simular uma (ilusória) imparcialidade.

Identificou-se nas SDs analisadas, além disso, que o discurso jornalístico possibilita múltiplos efeitos de sentidos pelo modo com que o portal, apesar de assumir posicionamentos em determinados momentos, em outros momentos, tenta se abster da responsabilidade de abordagem de um debate amplo e profundo, como a questão relacionada ao entendimento sobre o assunto *gênero* em geral.

Dessa maneira, nota-se a política do silenciamento enquanto ferramenta até mesmo de proibição de elucidação ampla sobre a temática, tanto com relação à abordagem do termo *gênero* no Plano Municipal de Educação por parte dos parlamentares quanto nas reportagens referentes ao assunto.

Nessa perspectiva, como a AD propõe que existem interferências sócio-histórico-ideológicas nos discursos jornalísticos, uma vez que estes são formulados por meio de FIs evidentes, identificou-se que o jornalista, enquanto sujeito discursivo, por vezes, ao longo das SDs, parece demonstrar a ideia de que seu discurso poderia ser direto, transparente e objetivo, não considerando o fato de que existe memória discursiva por trás do que é dito – inclusive do que não é dito – há como cercear ou promover sentidos específicos.

Ademais, há o funcionamento do esquecimento no que se refere à ilusão de ser fonte do que é dito, assim como de só haver uma possibilidade de dizer o que se diz em relação à interferência dos interesses políticos e econômicos que perpassam o cenário de atuação do portal Catve.com.

A partir da realização da análise, foi possível observar um panorama de que há, ainda hoje, a necessidade de políticas educacionais incisivas que assegurem o reconhecimento dos estudos de gênero, por meio de práticas pedagógicas inclusivas e emancipatórias, capazes de promover a equidade entre as pessoas, independentemente da identidade de gênero, orientação sexual ou constituição familiar. Cabe ao jornalismo local, nesse sentido, proporcionar um diálogo plural referente ao esclarecimento sobre propostas inclusivas, antidiscriminatórias, pautadas na laicidade do Estado e na promoção do reconhecimento das diversidades.

REFERÊNCIAS

ARAGUKUSU, Henrique Araujo. **O discurso da ideologia de gênero na Câmara dos Deputados: análise crítico-discursiva e psicopolítica**. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – São Paulo, Universidade de São Paulo, 2018.

CATVE. **Portal Midiakit**. 2020. Disponível em: <<https://catve.com/portal/portal-midiakit-2020.pdf>>. Acesso em: 30 de set. de 2020.
COURTINE, Jean-Jacques. **Análise do Discurso Político: o discurso comunista endereçado aos cristãos**. São Carlos: UFSCar, 2009.

FURLANETTO, M, M., Sujeito Epistêmico e materialidade do discurso: o efeito de singularidade. **Revista Linguagem em (Dis)curso**. v. 3, p. 91-119, Tubarão, SC: Edição especial, 2003.

GREGOLIN, Maria. Análise do discurso e mídia: a (re) produção de identidades. **Comunicação mídia e consumo**, v. 4, n. 11, p. 11-25, 2008. Disponível em: <http://revistacmc.espm.br/index.php/revistacmc/article/view/105/106> . Acesso em: 30 de set. de 2020.

JUNQUEIRA, R. D. A invenção da “ideologia de gênero”: a emergência de um cenário políticodiscursivo e a elaboração de uma retórica reacionária antigênero. **Psicologia Política**, [s.l.], v. 18, n. 43, p. 449-502, 2018.

MARIANI, Bethania. O PCB e a Imprensa: As conquistas no imaginário dos jornais 1922- .Campinas, SP. Ed. Da Unicamp, RJ, Ed. Revan, 1998.

_____, Bethania. Sobre o percurso de análise do discurso jornalístico: A Revolução de 30. In: INDURSKY, Freda; FERREIRA, Maria Cristina Leandro. (orgs.). **Os múltiplos territórios da análise do discurso**. Porto Alegre: Saga Luzzatto, 1999.

MELLO, Gilkiane Cargnelutti de. Revista Mente & Cérebro: a midiatização do discurso médico. In: SALÃO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA, Porto Alegre. **Livro de resumos** [...]. Porto Alegre: UFRGS, 2010. Disponível em: <<https://lapeccjor.files.wordpress.com/2011/04/gilkiane-cargnelutti-de-melo.pdf>>. Acesso em: 05 de set. de 2020.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Análise de discurso: princípios & procedimentos**. Campinas: Pontes, 2012.

_____. A Análise de Discurso em suas diferentes tradições intelectuais: o Brasil. In: SEMINÁRIO DE ESTUDOS EM ANÁLISE DE DISCURSO, n. 1, Porto Alegre. **Anais** [...]. Porto Alegre: UFRGS, 2003, p. 8-18.

_____. **As formas do silêncio: no movimento dos sentidos**. Campinas: Pontes, 1997.

_____. A incompletude do sujeito: e quando o outro somos nós? *In*: ORLANDI, Eni (Org.). **Sujeito e texto**. São Paulo: EDUC, 1988.

_____. (1999). **Discurso e Leitura**. 4. ed. São Paulo, Cortez; Campinas, SP: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1999.

_____. Interpretação: autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico. 2. ed. **Petrópolis**: Vozes, 1998.

ORSATTO, Franciele Luzia de Oliveira. **Da aparência de crítica ao silenciamento: Veja e o discurso sobre o fracasso educacional**. 2009. Dissertação (Mestrado em Letras) – Programa de Pós-Graduação em Letras, Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE, Cascavel. 2009.

PÊCHEUX, Michel. **Semântica e discurso**: uma crítica à afirmação do óbvio. Tradução de E. P. Orlandi. Campinas: UNICAMP, 1988.

PETRY, A. R., & MEYER, D. E. Transexualidade e heteronormatividade: algumas questões para a pesquisa. **Textos & Contextos**, Porto Alegre, v. 10, n. 1, p. 193 – 198, 2001.

SILVA, Gislaine. Para pensar critérios de noticiabilidade. **Estudos em Jornalismo e Mídia**, [s./l.], v. 2, n. 1, p. 95-107. 2005.

Zanella, A. D. S. (2012). Metrôpoles do futuro: o barulho por trás do ranking de Veja.